



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

ANGÉLICA PEREIRA DE LIMA FERNANDES

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PAPEL DO CONSELHO ESCOLAR:
um estudo de caso numa escola pública de João Pessoa - PB**

**João Pessoa-PB
Novembro/2016**

ANGÉLICA PEREIRA DE LIMA FERNANDES

GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PAPEL DO CONSELHO ESCOLAR: um estudo de caso numa escola pública de João Pessoa - PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Tatiana de Medeiros Santos.

**João Pessoa/PB
Novembro/2016**

F363g Fernandes, Angélica Pereira de Lima.

Gestão democrática e o papel do conselho escolar: um estudo de caso numa escola pública de João Pessoa-PB / Angélica Pereira de Lima Fernandes. – João Pessoa: UFPB, 2016.

48f. ; il.

Orientadora: Tatiana de Medeiros Santos

Monografia (Licenciatura em Pedagogia – modalidade à distância) – UFPB/CE

1. Gestão democrática. 2. Conselho escolar. 3. Participação. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.014.5(043.2)

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E O PAPEL DO CONSELHO ESCOLAR: um estudo de caso numa escola pública de João Pessoa - PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. _____

Prof.^a Tatiana de Medeiros Santos - Orientador

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof.^a. _____

Prof.^a Rosângela Chrystina Fontes de Lima - Convidado

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof.^a. _____

Prof.^a Karina Maria de Souza Soares - Convidado

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Dedico este trabalho aos meus pais Antônio e Dida, e minha família que sempre acreditaram que eu poderia ir mais longe. Em especial meu esposo Russean e minha filha Angelinne que são o motivo de seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Sou grata primeiramente a Deus por ter me aberto essa porta, quando não havia ainda uma direção na minha vida profissional. Por ter me sustentado até aqui, me dando forças e sabedoria para enfrentar os obstáculos.

Agradeço a minha família pelo incentivo, ao meu pai Antônio em especial que não mediu esforços para que eu continuasse os estudos, me dando inclusive o seu próprio notebook quando o meu parou de funcionar. À minha mãe pelas palavras de amor, ânimo e de fé, e, sobretudo pela minha formação pessoal de caráter e moral.

Ao meu esposo Russean que desde o início foi meu principal incentivador. Encorajou-me a fazer o vestibular, e comemorou comigo cada vitória, cada passo, cada conquista. Dividiu também as tristezas e amarguras da caminhada. Agradeço pelo amor, paciência, dedicação e compreensão. Pelo companheirismo de sempre e nos momentos de estudo e pesquisas.

A toda minha família pelo apoio, incentivo e orações.

À minha sogra Nautília e minha cunhada Russeane por me ajudarem com o tempo para realizar minhas atividades acadêmicas.

À minha amiga Emmanuella Azevedo que esteve sempre disponível para me ajudar na pesquisa me incentivando de todas as formas possíveis.

Às minhas amigas Sara e Débora que torceram sempre pelo meu sucesso.

Agradeço aos meus professores e em especial minha orientadora Tatiana Medeiros Santos que é um exemplo de profissional e se tornou verdadeiramente uma amiga que quero levar para toda a vida.

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.” (PAULO FREIRE).

FERNANDES, Angélica Pereira de Lima. **Gestão democrática e o papel do conselho escolar: um estudo de caso numa escola pública de João Pessoa-PB.** João Pessoa: UFPB, 2016.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC teve como objetivo geral investigar como funciona o Conselho Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Escritor Luiz Augusto Crispim localizada no município de João Pessoa. A pesquisa se justifica pelo interesse de conhecer os desdobramentos de uma gestão democrática para a melhoria da educação onde a escola está inserida. Como problemática é apresentado o seguinte questionamento: de quem será a responsabilidade de promover a conscientização de todos os membros que fazem parte da comunidade escolar, a ponto de saber o seu papel em contribuir com discussões críticas sobre a realidade da escola e propor soluções? A fundamentação teórica explicita o histórico da Gestão Democrática nas escolas públicas no Brasil. Para trazer estas discussões a este TCC, foram trazidas reflexões teóricas de Lück (2010), Libâneo (2001), Oliveira (1997 e 2010), Ferreira (2009), Melo (2009) e Paro (2009), Seco (2012), Cury (2009) e Veiga (2007). Essa pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, em uma escola pública de João Pessoa. A análise dos dados foi baseada em uma entrevista semiestruturada realizada com o gestor geral da instituição, que é membro do Conselho Escolar. E por fim, após a coleta e análise dos dados foi possível concluir que o gestor geral ressaltou a importância da gestão da escola adotar sempre uma postura de liderança, que é um dos fundamentos da gestão democrática e isso contribui para envolvimento da comunidade local e escolar. Ressaltou também o desinteresse da comunidade interna e externa da escola em participar ativamente no Conselho Escolar e com as questões da escola e que era papel do Conselho Escolar, junto à gestão da escola tentar mudar esta realidade.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Conselho Escolar. Participação.

ABSTRACT

The present work of Course Completion - TCC had as general objective to investigate how the School Council of the Municipal School of Elementary School Writer Luiz Augusto Crispim located in the municipality of João Pessoa. The research is justified by the interest of knowing the unfolding of a democratic management for the improvement of the education where the school is inserted. As a problem, the following question is presented: who will be responsible for promoting the awareness of all the members of the school community, to the extent of knowing their role in contributing to critical discussions about the reality of the school and proposing solutions? The theoretical foundation explains the history of Democratic Management in public schools in Brazil. In order to bring these discussions to this TCC, theoretical reflections of Lück (2010), Libâneo (2001), Oliveira (1997 and 2010), Ferreira (2009), Melo (2009) and Paro Cury (2009) and Veiga (2007). This research is characterized as a case study, in a public school in João Pessoa. The analysis of the data was based on a semistructured interview with the general manager of the institution, who is a member of the School Board. Finally, after collecting and analyzing the data, it was possible to conclude that the general manager emphasized the importance of school management always adopting a leadership position, which is one of the foundations of democratic management and this contributes to the involvement of local and school community . He also underscored the lack of interest of the school's internal and external community to participate actively in the School Board and with the school's issues and that it was the role of the School Board, as school management attempted to change this reality.

Key words: Democratic Management, School Board, Participation.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – Introdução: Primeiros passos do Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia: Introdução	10
CAPÍTULO II - Da “Administração escolar” para a “Gestão democrática” nas escolas públicas no Brasil	14
2.1 A Gestão democrática e os representantes da comunidade interna e externa da escola	19
CAPÍTULO III - Conselho Escolar: instrumento de tomada de decisões na escola pública	22
CAPÍTULO IV - Metodologia da pesquisa e análise dos dados	26
4.1 Caracterizando o local da pesquisa	28
4.2 A clientela da escola	28
4.3 Caracterizando o sujeito da pesquisa	29
4.4 Caracterizando a comunidade escolar	29
4.5 Entrevista com o Gestor da EMLAC e membro do Conselho Escolar: análise dos dados	30
CAPÍTULO V - Considerações finais	38
REFERENCIAS	40
APÊNDICES	44
ANEXOS	46

CAPÍTULO I - Introdução

1. Primeiros passos do Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia: Introdução

O interesse em estudar sobre a temática Gestão Democrática e a importância do Conselho Escolar nas decisões coletivas da escola surgiu a partir do momento em que eu estava cursando no Curso de Pedagogia à distância o componente curricular Estágio Supervisionado em Gestão Educacional I e II, pois neste período em que acontecia este estágio, eu pude acompanhar o desenrolar das eleições para os representantes do Conselho Escolar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Escritor Luiz Augusto Crispim – EMEFELAC.

Foi aí que pude compreender como o Conselho Escolar é constituído e entender que o mesmo, é um órgão colegiado de grande importância para o desenvolvimento de uma gestão democrática, pois funciona com a participação de representantes de todos os seguimentos da comunidade escolar e local, como pais, alunos, professores e funcionários. Tem grande importância por ser responsável por contribuir com a melhoria da qualidade da educação da comunidade, local em que a escola está inserida. (BRASIL, 2004)

Deste modo, essa pesquisa se justifica pelo interesse pessoal em conhecer as contribuições do funcionamento desse órgão, em uma escola pública, que deve ter todos os sujeitos envolvidos em busca da melhoria da educação local.

Sendo assim, as concepções sobre o tema citado, baseadas em uma gestão democrática e participativa, despertaram o meu interesse por um estudo mais aprofundado sobre o assunto. No decorrer do curso e chegando ao final do mesmo, resolvi dar continuidade ao estudo da Gestão Democrática e a importância do Conselho Escolar para realizar as decisões coletivas na escola em que realizei meu estágio. Deste modo o meu interesse sempre buscou compreender sobre a importância da participação de todos os envolvidos na comunidade escolar para efetivação de uma gestão democrática, o que contribuiria para melhor qualidade do ensino na comunidade onde a escola está inserida. Por isso, esse Trabalho de Conclusão de Curso - TCC foi desenvolvido com a finalidade de conhecer o funcionamento da prática da gestão participativa dentro da EMEFELAC, e perceber o envolvimento da comunidade escolar e da comunidade local na gestão da escola.

Entendo que o Conselho Escolar deve ser uma ferramenta para o exercício da democracia e cidadania.

Sobre a implementação de uma gestão democrática no âmbito escolar, Lück (2010, p. 20) afirma que constitui ao mesmo tempo uma conquista e um grande desafio dentro da sociedade, pois os modelos tradicionais de gestão ainda predominam em muitos espaços escolares brasileiros. Diante disso surge a problemática: De quem será a responsabilidade de promover a conscientização de todos os membros que fazem parte da comunidade escolar, a ponto de saber o seu papel em contribuir com discussões críticas sobre a realidade da escola e que pode propor soluções?

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é: Investigar as contribuições do Conselho Escolar na EMEFELAC. Os objetivos específicos foram: Descrever como é a gestão democrática participativa e como deve funcionar um Conselho Escolar segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96); Verificar como funciona o Conselho Escolar da Escola Luiz Augusto Crispim; Identificar como acontecem as contribuições das ações do Conselho Escolar, em busca da resolução de problemas da escola.

Deste modo, dentre as bases legais que orientam e propõem a gestão democrática como eixos norteadores da administração educacional estão a Constituição Federal de 1988, como também as Leis de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB nº 9.394/96). A aplicação dessas leis, no sentido de promover um modelo de gestão participativa tem o objetivo de elevar a qualidade da educação na comunidade onde a escola está inserida. A gestão educacional de forma abrangente, e a gestão escolar, referente à escola se constituem segundo Lück (2010, p.17), “[...] em área estrutural de ação na determinação da dinâmica e da qualidade de ensino”.

De acordo com a cartilha do Ministério da Educação – MEC, sobre o fortalecimento dos Conselhos Escolares (BRASIL, 2004), a este cabe deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, além de participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da instituição e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação. Também é atribuição do Conselho Escolar analisar as

ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades propostas.

Deste modo, entendo que a escola pública tem o papel fundamental para a formação do cidadão. Contribui para a construção do conhecimento, formação de atitudes e valores que o tornem um estudante solidário, crítico, ético e participativo. A escola deve conduzir à humanização e socialização dos saberes dentro de sala de aula, compreendendo que o estudante traz consigo conhecimento popular, e a partir desse a instituição deve incentivar a construir mais e melhor.

No primeiro capítulo deste TCC apresento o surgimento de meu interesse sobre a temática da gestão escolar democrática e da importância do Conselho Escolar nas decisões que dizem respeito à instituição, de modo em geral. Por isso, apresento a problemática desta pesquisa, os objetivos o campo de atuação que é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Escritor Luiz Augusto Crispim.

No segundo capítulo, é iniciado o referencial teórico onde é apresentado as bases teóricas e legais que orientam o tema gestão democrática, abordando desde a influencia da administração de empresas até os novos conceitos de gestão democrática e seus desdobramentos no âmbito escolar.

No terceiro capítulo é apresentado à discussão dos autores acerca do Conselho Escolar, seu funcionamento e importância para efetivação de uma gestão escolar democrática.

No quarto capítulo é apresentado à metodologia da pesquisa, identificando as características da pesquisa e os sujeitos dela, como também a análise dos dados, através da apresentação da entrevista e respostas do entrevistado e fazendo relação dos dados da pesquisa com os teóricos que tratam da gestão democrática e conselho escolar.

Por fim é exposto o que foi possível compreender sobre o tema, e a análise dos resultados. Foi detectado que existem dificuldades para o envolvimento das famílias da comunidade no processo de gestão democrática. Dentre elas a falta de esclarecimento sobre os fins desse processo, e a concepção de que a escola é obrigação apenas do governo. Mais do que o direito à voz e voto nas discussões que são trazidas ao Conselho Escolar, a comunidade exerce seu direito através da gestão participativa transformando a instituição em um ambiente democrático.

CAPÍTULO II

2. Da “Administração escolar” para a “Gestão democrática” nas escolas públicas no Brasil

Neste capítulo trago à discussão a literatura que aborda o objeto desta pesquisa, que trata sobre a Gestão Democrática e a importância do Conselho Escolar nas tomadas de decisões coletivas na escola.

Como significado da palavra gestão (do latim: *gestio-ōnis* de *gerere*), está descrito em Brennand (2012), “[...] ação de administrar, gerir, gerência, gestão de negócios”. Já o verbo “*gerere*” que significa trazer, ter consigo, produzir, nutrir, manter (SARAIVA, 1993 apud BRENNAND, 2012, p. 20).

Libâneo (2001), afirma que gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, é a atividade que põe em ação o sistema organizacional.

Apesar de o estudo sobre escola como organização do trabalho ter iniciado em meados dos anos 30, como afirma Libâneo (2001), ao estudar o termo “gestão”, vê-se que é uma expressão relativamente nova na história da organização escolar. Com o advento da revolução industrial e do capitalismo em meados do século XVIII, a escola passou a ser mais uma vez influenciada em seus modos de conceber a educação. Por este motivo a administração no contexto escolar aderiu aos princípios industriais de organização que atendiam as exigências do mercado: como por exemplo, a qualificação de mão de obra, com o objetivo de suprir as necessidades da indústria que se encontrava em pleno desenvolvimento e o sistema capitalista no seu auge. (NASCIMENTO, 2008). Nesse processo a escola tornou-se um ambiente burocrático e totalmente voltado aos princípios industriais. O professor era visto como um técnico que detinha o conhecimento, que preparava e qualificava operários para o mercado de trabalho.

As teorias da Administração influenciaram o funcionamento e a organização da escola. Inicialmente com a teoria da administração científica de Frederick W. Taylor (1947) e a teoria da administração científica de Henri Fayol (1947), como também a teoria da burocracia de Max Weber. (CORRÊA & PIMENTA, 2010, p.24) A administração científica focaliza a análise das atividades físicas do trabalho,

enquanto a Teoria Administrativa de Fayol e a da Burocracia de Weber enfatizam a estrutura organizacional e os processos da organização humana (NASCIMENTO, 2008).

Nascimento, (2008, p.5), afirma que administração empresarial visa exclusivamente à obtenção de lucro, e através disso, a melhor forma de eliminar os desperdícios e o aperfeiçoamento do processo de produção. A escola, no entanto deve objetivar a formação do cidadão, pois trabalha com pessoas e sendo assim, deve enfatizar o lado humanista, ou seja, estar ligada à formação dos indivíduos com o objetivo de “[...] torná-los aptos para viverem em sociedade”.

No Brasil, a educação teve por muitos anos a religião como principal influencia. Inicialmente através da educação Jesuítica, e 210 anos mais tarde, passou pelo império, e posteriormente pela Primeira República, porém a estrutura patrimonialista e autoritária do regime anterior permaneceu (GONÇALVES, 2015)

Diante disso pode-se afirmar que o que chamamos atualmente de gestão escolar, nem sempre foi assim, por muito tempo, apresentou um modelo de administração autoritário e centralizador, que se configurou como característica marcante, considerada como reprodução da herança cultural desde a época da colonização brasileira. Vieira (2001) afirma que em tempos de neoliberalismo, por volta da década de 1980, o conceito de gestão até está associado aos novos paradigmas que fundamentam a forma de pensar a organização da sociedade, apresentam estratégias novas, porém, práticas ainda historicamente alicerçadas. Esse sistema hierarquizado possui raízes tão profundas que ainda tem sido praticado até os dias atuais em muitos espaços escolares. Sobre isso o autor afirma:

Tivemos ao longo da história, uma tradição de gestão de cunho fortemente centralizador. Trata-se de uma herança que se instala desde os primórdios da colônia, passando pelo Império, até as diferentes formas de organização da república. A centralização está tão entranhada na base da organização do sistema educacional brasileiro, quanto no interior da própria escola. Sua expressão se dá sob diferentes matizes – desde as formas autoritárias de convivência a mecanismos rígidos de controle burocrático dos tempos de trabalho e organização das relações de ensino-aprendizagem. Assim numa cadeia interminável de relações de controle, a centralização marca as relações entre órgãos de administração do sistema nas diferentes esferas do poder público (união, estados e municípios), assim como aquelas entre estes e as escolas. (VIEIRA, 2001, p.142)

A retomada do Estado de Direito, através da redemocratização da política influenciou a inserção e formalização de princípios e garantias dos direitos sociais na Constituição de 1988. Movimentos populares, inclusive da classe docente, a favor da democratização escolar, gratuidade do ensino, qualidade e financiamento da educação, valorização do trabalho docente e qualificação profissional, juntamente com as denúncias sociais de condições precárias em áreas como saúde, habitação, rebaixamento de indicadores sociais entre outros, culminaram no processo constituinte de 1987 e na participação popular na elaboração da Carta Magna. Nesse cenário político e social, o art. 206, inciso VI, da C.F. de 1988 apresentou os princípios e a redação que propõe à “[...] gestão democrática do ensino público, na forma da lei [...]”. (CURY, 1997, p. 200).

De acordo com o autor acima, esse princípio gerou discussões no cenário político por conter o termo “ensino público”, como sendo assim a lei estaria fazendo distinção entre as modalidades de ensino, público e privado, existente no país. Porém líderes do sistema particulares de ensino apresentaram posições contrárias ao processo de implantação da gestão democrática no sistema privado de ensino (CURY, 2010, p. 201).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, trata da gestão democrática em seu conteúdo como princípios da Educação Nacional. O artigo 3º inciso VIII propõe a “[...] gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. O artigo 14º trata que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os princípios descritos nos incisos I e II, sobre a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes, respectivamente.

A Gestão Escolar, que anteriormente foi por muito tempo nomeada como Administração Escolar, é um termo recente. As mudanças de denominação não foram apenas na escrita, mas estão relacionadas também às concepções teóricas a respeito dessa atividade refletindo as transformações oriundas de um determinado contexto histórico. (GONÇALVES, 2015).

É notório tanto para a sociedade como para as lideranças políticas brasileiras que a melhoria da qualidade de vida de sua população está associada à melhoria da qualidade da educação. E essas mudanças, no entanto não se resumem apenas em

melhorias das práticas pedagógicas, mas está associado também de acordo com Lück (2010, p.23): “[...] a uma concepção diferenciada de organização, orientação e desenvolvimento dos processos educacionais”.

No entanto a mudança de paradigma acerca da forma de organização escolar de acordo com Lück (2010) pressupõe na verdade, a superação e não anulação do mesmo, pois segundo a autora, uma “[...] gestão competente se assenta sobre processos de administração igualmente competentes”. Ou seja, as novas concepções acerca da organização escolar precisam superar o regime autoritário, burocrático e engessado, ampliando suas formas, de acordo com as mudanças sociais e não alterar meramente uma terminologia.

Os sistemas de gestão escolar brasileira ainda têm sido marcados, em muitos casos, pela falta de liderança clara e competente, falta de referencial e orientação teórico-metodológica, e conseqüentemente falta de sensibilidade dos gestores para a efetiva formação das crianças e jovens. Muitas vezes os gestores atuam subordinados a projetos de grupos políticos, ao invés de trabalhar pelos interesses da comunidade onde a escola está inserida, e da sociedade como um todo. (LÜCK, 2010).

O papel do gestor é de extrema importância na efetivação do processo de uma gestão democrática. Gonçalves (2015), afirma que “[...] o gestor escolar necessita criar situações para romper barreiras entre a teoria e a prática”. Um bom gestor é considerado um bom líder quando contagia e encoraja positivamente a equipe escolar através de sua postura diante das situações e desafios cotidianos. Tanto o diretor, como os demais membros que fazem parte da equipe de gestão escolar, desenvolvem papéis de liderança no âmbito escolar (LÜCK, 2010), no entanto esse processo não se dá de forma tão simples.

Lück (2010, p. 19-20) afirma que gestores escolares se sentem impotentes diante de posicionamentos negativos de alguns pais ou de sua equipe pedagógica, o que faz parte dos desafios que se apresentam no cotidiano escolar. Porém a capacidade de liderança estaria ligada justamente a uma postura proativa, e na capacidade de influenciar a atuação das pessoas envolvidas no processo educativo para efetivação dos objetivos propostos pela instituição.

Para reforçar essa ideia podemos trazer as contribuições desses autores:

Liderança é o processo de encorajar os outros a trabalhar e entusiasticamente na direção dos objetivos. É o fator humano que ajuda um grupo identificar para onde ele está indo e assim motivar-se em direção aos objetivos. Sem liderança, uma organização seria somente uma confusão de pessoas e máquinas, do mesmo modo que uma orquestra sem maestro seria somente músicos e instrumentos. A orquestra e todas as outras organizações requerem liderança para desenvolver ao máximo seus preciosos ativos. (DAVIS E NEWSTROM, 1992, p. 150 apud GONÇALVES, 2015, p.102).

Além da ideia de liderança, o conceito de gestão está associado à ideia de participação, pois parte do pressuposto de que para que uma organização social seja bem sucedida à mobilização de seus componentes em favor de um trabalho conjunto e recíproco proporciona maior garantia de sucesso na efetivação da vontade coletiva. O trabalho educacional é por natureza um processo que demanda a participação coletiva e compartilhada de todos os membros envolvidos e pertencentes à instituição educativa, e que fazem parte direta ou indiretamente do processo educacional. (LÜCK, 2010, p. 22)

Lück (2010, p.23) afirma que: “Essa participação dá as pessoas a oportunidade de controlarem o próprio trabalho, assumirem autoria sobre o mesmo e sentirem-se responsáveis por seus resultados – portanto, construindo e conquistando sua autonomia”. E assim mediante o desenvolvimento dessa participação alguns paradigmas passam a ser quebrados como da figura do gestor, como poder central e individual, prática vivenciada no contexto educacional. Sobre isso Gonçalves (2015, p.92) expõe:

Na área da educação, a escola é responsável pela transmissão do conhecimento, porém, no mundo globalizado, exige-se que a escola tenha uma nova concepção e uma forma diferenciada de se trabalhar, ou seja, uma constante renovação na sua postura, para transmitir um conhecimento de nível elevado para preparar o aluno para ser criativo e pensante, com objetivo de formar cidadãos críticos e que se comprometam a uma participação mais efetiva, para obter resultados com eficácia, favoráveis ao desenvolvimento da escola.

Diante disso é possível afirmar que a gestão educacional está baseada nos princípios da administração, diferenciando-se apenas em seus fins. Uma boa gestão escolar baseada em princípios teórico-metodológicos visa promover a melhoria da qualidade da educação de maneira global, proporcionando aos alunos vivências que promovam a construção da autonomia e cidadania, formando sujeitos envolvidos e participativos também no âmbito social. Deste modo, a gestão escolar agora não se

preocupa apenas com aspectos administrativos, agora também se preocupa com aspectos financeiros, pedagógicos e humanos. (LUCK, 2010).

2.1 A Gestão democrática e os representantes da comunidade interna e externa da escola

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9.394/96, os Sistemas de Ensino devem estabelecer normas para o desenvolvimento da gestão democrática, e propõem que essas normas estejam de acordo com as peculiaridades de cada unidade escolar a fim de garantir a “[...] participação dos profissionais de educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola, [...] e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Então a gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios da escola. Pais, estudantes, professores e funcionários em geral devem participar na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola.

Na gestão democrático-participativa a educação é tarefa de todos (família, governo e sociedade), mas para que haja essa ligação é necessária à interação de todos os segmentos que compõem o sistema educacional, de um trabalho em conjunto com ações reais. (PAULA & SCHNECKENBERG, 2008).

Gestão democrática propõe ideia de compartilhamento, da participação de todos os sujeitos da comunidade escolar no processo de democratização e tomadas de decisões na escola. E não apenas isso, visa à melhoria da qualidade da educação objetivando a participação ativa dos alunos como sujeitos do processo de ensino-aprendizagem e na sua formação como cidadãos na sociedade. A participação dos pais, por exemplo, através do exercício da gestão compartilhada proporciona resultados positivos como permanência na escola e aumento dos índices de aprovação, tirando muitas vezes do professor a total responsabilidade pelo fracasso escolar dos alunos (LUCK, 2010).

Lück (2010, p.23) chama atenção para as formas em que se tem aplicado à chamada democracia na gestão escolar. Em alguns casos, a prática democrática se dá apenas na nomenclatura do processo, porém as ações propriamente ditas não

reproduzem as verdadeiras intenções da gestão democrática. Um exemplo que a autora cita é as reuniões que acontecem no âmbito escolar e apresentam questões já definidas anteriormente, sem que os envolvidos fossem previamente convocados para definições das discussões, a participação se daria, de acordo com Lück (2010), de forma manipulada, mantendo uma “[...] ótica de controle sobre coisas, pessoas e ações [...]” e sendo assim o resultado seria conformar-se e adequar-se aos padrões previamente estabelecidos, o que a autora denomina como uma forma de administração modernizada, porém nomeada como gestão participativa.

Brennand e Bizerra (2012, p.21) afirmam que o entendimento de determinado problema necessita estar baseado em um consenso sobre esse mesmo problema, implicando o reconhecimento intersubjetivo, resultante de uma argumentação crítica e só tem condições de ser construído se representar interesses coletivos. As autoras citam a visão de Habermas (1993) sobre a importância do agir comunicativo na formação do indivíduo. A participação supõe a oportunidade de voz e através desse o poder de argumentação. “A razão de ser da gestão da educação consiste, portanto, na garantia de qualidade do processo de formação humana”. (BRENNAND; BIZERRA, 2012, p. 23)

Toda a comunidade escolar e local deve participar da gestão democrática em uma escola, porém a mobilização de “todos” em seu sentido concreto demandaria um processo praticamente impraticável. Por isso, existem os mecanismos de construção da autonomia da gestão, onde são nomeados os voluntários, representantes de todas as categorias da comunidade que terão a responsabilidade de dar voz a sua representação.

Segundo Paulo Freire (1995, p.91):

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade.

Brennad & Bizerra (2010) afirmam que a função da gestão como ação comunicativa, propõe e oportuniza a participação e o desenvolvimento da visão crítica sobre as formas como a linguagem está sendo utilizada no interior de uma instituição educativa, em toda sua complexidade e contraditoriedade. A gestão

democrática do ensino público supõe transparência de todas as atividades inerentes ao processo educativo, pedagógico e administrativo. Deve ser considerado ainda que esse processo de democratização não anula a hierarquia da instituição escolar, mas permite que o trabalho executado por ela tenha significado real para a comunidade onde está inserida. Onde alunos, pais e funcionários em geral contribuem para o processo democrático.

CAPÍTULO III

3. Conselho Escolar: instrumento de tomada de decisões na escola pública

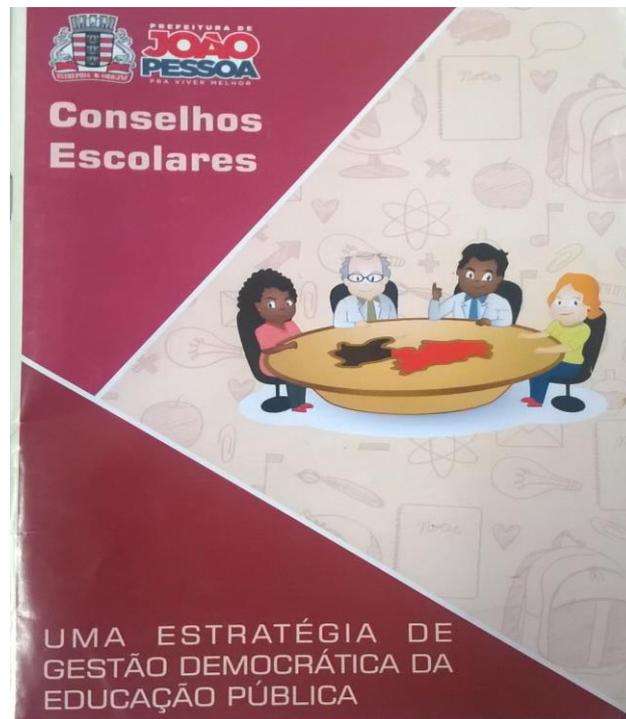
Se o papel social da escola pública é formar o cidadão em todas as suas dimensões, os órgãos colegiados que atuam na escola fazem parte do processo de formação do indivíduo. Dentre os mecanismos de construção da autonomia da gestão escolar podemos citar Associação de Pais e Mestres, Conselhos de Classe e Conselho Escolar, entre outros. Esse capítulo, porém se deterá na definição do Conselho escolar e seu papel na escola pública.

O Ministério da Educação - MEC através da Secretaria de Educação Básica, por meio da Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino do Departamento de Articulação e desenvolvimento dos Sistemas de ensino, no ano de 2004, através de ações para implementar o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares produziu como material instrucional, seis cadernos destinado aos Conselheiros Escolares, e um caderno instrucional destinado aos dirigentes e técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação, denominado: Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública.

Segundo o caderno número 1 (hum) do MEC, os Conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes da comunidade escolar e local. Eles representam essa comunidade com o objetivo de atuar em conjunto a fim de definir caminhos para a solução dos desafios que envolvem a dinâmica escolar, tanto da parte administrativa quanto da parte pedagógica, como também participarem da tomada de decisão. Sendo assim considerado espaços de discussão e participação, que possibilitam o exercício da cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã. (BRASIL, 2004, p. 35).

Abaixo apresento a imagem da capa do caderno instrucional do MEC disponibilizado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa através da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), que utilizei como fonte para esta pesquisa. Este material foi retirado na própria escola EMEFELAC, objeto desta pesquisa:

Foto N. 2: Caderno Instrucional do MEC



Fonte: Arquivo pessoal Angélica Pereira de Lima Fernandes (2016).

A consolidação dos Conselhos Escolares está prevista na LDB, no artigo 14, inciso II: “[...] participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado como Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece as Diretrizes para a Educação Nacional na vigência de 10 anos. Dentre as estratégias traçadas, na meta 19, que propõe assegurar condições para a efetivação da Gestão Democrática da educação, no âmbito das escolas públicas, no período de 2 (dois) anos, pode-se destacar: Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações. (BRASIL, 2014).

Paro (2009 apud LIMA, 2011 p.2-3) se refere sobre os mecanismos de ação coletiva na escola, afirmando que:

De todos os mecanismos de ação coletiva na escola, o mais acionado e o que mais suscitou polêmicas, expectativas e esperanças nas últimas décadas foi o conselho de escola. Temido

por diretores, que recebiam perder seu poder no controle da unidade escolar; reivindicado por professores e suas entidades sindicais que pretendiam com ele minimizar o autoritarismo do diretor e ter acesso ao poder nas unidades escolares; e objeto de luta de movimentos populares que viam nele a oportunidade de reivindicar mais e melhor educação, o conselho de escola, junto com a eleição de dirigentes escolares, têm sido as características mais conspícuas das políticas educacionais daqueles sistemas de ensino que aceitam o desafio de democratizar a escola. Muito embora suas atribuições de partilha do poder nem sempre se realizem inteiramente de acordo com os desejos de seus idealizadores ou como constam nos documentos legais que o institucionalizam, o conselho de escola permanece como um instrumento importantíssimo, se não de realização plena da democracia na escola, pelo menos de explicitação de contradições e de conflitos de interesses entre o Estado e a escola e, internamente a esta, entre os vários grupos que a compõem. Em parte por isso, os conselhos escolares tiveram uma importante difusão pelos diversos sistemas de ensino no país e se mantêm como objeto constante de reivindicação daqueles que não se contentam com as relações heteronômicas e com as desigualdades de direitos vigentes na instituição escolar.

O desenvolvimento de um trabalho consistente desses conselhos escolares contribui com a consideração e o apoio a outras lutas da comunidade escolar, como as desenvolvidas por condições de infraestrutura, valorização dos profissionais da educação através de formação continuada e melhores salários, entre outras questões que devem ser igualmente fortalecidas e encaminhadas pelos organismos sociais competentes (sindicatos, associações de educadores, entidades acadêmico-científicas da área educacional) (BRASIL, 2004).

Sobre isso Lück (2010, p. 66) afirma que a eleição para escolher os “[...] membros do órgão colegiado seja apenas o ponto de partida [...]” para que promova uma maior participação dos pais, por exemplo, na vida escolar. E propõe que através disso a escola esteja integrada na comunidade como também a comunidade nela, contribuindo assim para a melhor qualidade do ensino. O papel do Conselho Escolar na escola pública implica na busca pela melhoria da qualidade da educação, democratização da escola, e envolvimento da comunidade escolar e local nas questões da escola, e desconstruir a ideia de centralização do poder do estado sobre a instituição. A autora citada expõe:

Um órgão colegiado escolar constitui-se em um mecanismo de gestão da escola e tem por objetivo auxiliar na tomada de decisão em todas as suas áreas de atuação, procurando diferentes meios para se alcançar o objetivo de ajudar o estabelecimento de ensino,

em todos os seus aspectos, pela participação de modo interativo de pais, professores e funcionários. Em sua atuação, cabe-lhe resgatar valores e cultura, considerando aspectos socioeconômicos, de modo a contribuir para que os alunos sejam atendidos em suas necessidades educacionais, de forma global (LÜCK, 2010, p.66).

Em se tratando de Gestão Democrática, de acordo com os teóricos que dialogam sobre o tema, é de grande importância à articulação entre Gestão Democrática e os membros que fazem parte do Conselho de Escola. A escola deve fazer o possível para garantir que cada um emita a sua opinião a frente dos representantes de escola. Haver a discussão, haver um conflito é bom, pois todos os funcionários devem estar maduros para ouvir a crítica e possíveis soluções, que contemplem a maioria dos envolvidos de forma a solucionar o que foi proposto como pauta de reunião.

Sabe-se que expor opiniões que represente sua categoria não é tarefa fácil, pois pode haver propostas que não estão condizentes com a legislação escolar ou coerentes e mesmo assim, o presidente do Conselho tem que ter ciência destas questões para não acabar por opinar o que favorece a um, ou a outro, e sim pela maioria dos envolvidos no processo e que esta decisão colegiada esteja dentro do que é permitido perante as leis que regem o Sistema Educacional Brasileiro.

A gestão democrática se define como o processo de participação da comunidade na forma da gestão escolar. Como o exercício da democracia no âmbito educacional. Através dela se desdobram as demais, que são mecanismos de participação da sociedade na gestão democrática. Segundo Galina & Carbelo (2007, p.17 apud SECO, 2012, p.12), Conselho de Classe é considerado um colegiado, “[...] de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos [...]” Tem como objetivo avaliar o processo de ensino aprendizagem dos conteúdos escolares por parte dos alunos, em casos de deficiência nesse processo, discutir maneiras, soluções para essa prática pedagógica se tornar eficaz e também discutir a relação professor-aluno.

A seguir, tem o registro fotográfico de uma reunião do Conselho Escolar, no qual participei e pude compreender como acontecem as discussões e decisões tomadas no decorrer das reuniões ocorridas na EMEFELAC:

Foto N.1: Reunião do Conselho de Escola, realizada em 06/09/2016.



Fonte: Arquivo pessoal da Angélica Pereira de Lima Fernandes. (06/09/2016)

As reuniões do Conselho de Classe funcionam normalmente com a participação apenas dos professores, mas em alguns casos pais, representantes dos alunos, e equipe pedagógica e de especialistas da escola são convocados. (SECO, 2012, p.13). Deste modo o Conselho escolar como já definido é o órgão colegiado que representa toda a comunidade escolar e local com a responsabilidade de decidir sobre as demandas da instituição tanto de ordem administrativa como de ordem pedagógica, com vistas à melhoria da educação local.

CAPÍTULO IV

4. Metodologia da pesquisa e análise dos dados:

Neste capítulo apresento os procedimentos da pesquisa, bem como os métodos, sujeitos, a instituição, os instrumentos de coleta de dados e o campo da pesquisa para após estes acontecimentos prosseguir com a análise deste estudo. De acordo com Andrade (2001) pesquisar significa procurar respostas para indagações propostas. É um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, e tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos, mediante o emprego de métodos científicos.

Esta pesquisa se caracteriza como estudo de caso sob uma abordagem qualitativa. O estudo de caso, para Yin (2001), é uma investigação que, dentro de seu contexto da vida real, investiga um fenômeno contemporâneo, refere-se ao estudo de um ou mais objetos.

O estudo de caso é um tipo de investigação que consiste em coletar e analisar informações a respeito de um sujeito, um grupo ou uma comunidade (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Nesta pesquisa o tema da Gestão educacional foi trabalhado segundo a visão dos autores Libâneo (2001), Lück (2010), Oliveira (1997 e 2010), Ferreira (2009) e Melo (2009). Sobre o Conselho Escolar e seu funcionamento na escola, foram destacados os estudos de Seco (2012), Cury (2009) e Veiga (2007). Os autores aqui citados embasaram esta pesquisa com a finalidade de melhor compreender como se dá na prática a Gestão Democrática e Conselho de Escola.

O tipo de abordagem escolhido para este TCC foi de natureza qualitativa, por esta conter análise de dados subjetivos a respeito do comportamento humano através de interpretação de observações realizadas. Quanto aos meios e procedimentos análise, esta pesquisa terá um cunho de natureza explicativa, pois se aprofundará no sentido de analisar as causas e consequências de um fenômeno, ou seja, quais as possíveis contribuições positivas que uma comunidade escolar e local envolvida no funcionamento da escola podem gerar através do Conselho Escolar.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, destacamos que esta permite realizar o registro do que acontece no lugar, possibilitando ao pesquisador, fazer uma

pesquisa do objeto de estudo a partir dos dados colhidos entre os professores, funcionários e comunidade local, incluindo alunos e pais dos alunos. A pesquisa qualitativa de caráter investigativo permite aos entrevistados pensarem livremente sobre o tema em questão, possibilitando ao pesquisador fazer uma análise do objeto de estudo a partir dos dados coletados entre os profissionais. (MINAYO, 2008).

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: entrevistas semiestruturadas, com a liberdade de o entrevistado descrever sobre outros assuntos. Também estive presente em reuniões do Conselho de Escolar, observando as discussões entre os participantes das reuniões do Conselho.

Esta pesquisa atende as solicitações do Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba. Utilizei um gravador com a intencionalidade de obter as narrativas do entrevistado que colaborou com a pesquisa narrando como funciona a gestão e o Conselho Escolar na EMEFELAC, objeto dessa pesquisa. A gravação e utilização dessas narrativas foram autorizadas pelo participante na própria gravação, que foram transcritos e utilizadas como fontes. Em anexo 1, se encontra o modelo da ficha de autorização para essa entrevista.

4.1 Caracterizando o local da pesquisa:

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Escritor Luiz Augusto Crispim, situada no Bairro dos Ipês, no município de João Pessoa. A escola citada foi criada com o decreto nº. 6791-B no dia 18 de dezembro de 2009, antes nomeada Professor Ubirajara Pinto Rodrigues, decreto nº1933/90, no dia 08 de maio de 1990, para beneficiar a comunidade local. Seu principal objetivo era ter um curso pré-primário de qualidade e que preparasse os alunos para uma ótima alfabetização. Iniciou-se funcionando precariamente num galpão situado dentro da própria comunidade tendo como diretora a Professora Rúbia Aliane Matias de Almeida Formiga, que obteve autorização para funcionar da 1ª a 4ª série de forma gradativa. Em 1999, surgiu a primeira turma do 5º ano.

No ano de 2002, na administração do prefeito Cícero Lucena, a escola passou por uma reforma onde foi recuperada e ampliada e foi formada a primeira turma de 8ª série (Atual 9º ano). No ano de 2009 a escola passa a funcionar em um novo endereço: na Av. Presidente Tancredo Neves, 461a – Bairro dos Ipês, nos novos

padrões de escola modelo da rede municipal de ensino de João Pessoa, na gestão do então prefeito Ricardo Coutinho.

A escola recebe na ocasião o nome de Escola Municipal Escritor Luiz Augusto Crispim, em homenagem ao jornalista Luiz Augusto da Franca Crispim (23/08/1945 – 06/12/2008), que se tornou membro da Academia Paraibana de Letras a partir de 28/04/79, e foi o autor de 14 livros.

A escola funciona em três turnos, aos quais no turno da manhã frequentam alunos do 6º ano 9º ano. No turno da tarde funciona do primeiro ao quinto ano e à noite, funciona o ensino da Educação de Jovens e Adultos. Os níveis de educação oferecidos são a nível fundamental, do 1º ao 9º ano, e a noite funciona a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendendo um total de 591 alunos, nos três turnos.

4.2 A clientela da escola:

A EMEFELAC possui uma localização central, próximos a vários bairros e comunidades de João Pessoa. Possui uma clientela bem diversificada, atendendo alunos de várias localidades próximas ao Bairro dos Ipês, como Mandacaru, Padre Zé, Bairro São José, Salinas Ribamar, Bairro do Bessa, Manaíra, Bairro dos Estados. A maioria dos alunos reside na comunidade dos Ipês que é a mais próxima da escola.

A escola atende as famílias da classe trabalhadora, de profissionais liberais, e autônomos. A renda das famílias é em sua grande maioria de um salário mínimo, ou contam apenas com o dinheiro do Programa Bolsa Família.

4.3 Caracterizando o sujeito da pesquisa:

A ideia inicial desta pesquisa seria entrevistar a presidente do Conselho de Escola. Vale destacar aqui que a presidente do Conselho de Escola, não é o gestor da Escola como muitos pensam ser. O presidente do Conselho de Escola deve ser uma pessoa eleita pelo colegiado, mas no decorrer da pesquisa, devido ao espaço curto de tempo para escrever este TCC, estar trabalhando e ter que ir à escola em um turno contrário ao de meu trabalho, para encontrar a presidente do Conselho, não foi possível eu conseguir entrevistá-la. Eu e minha orientadora redirecionamos o

sujeito da pesquisa para o Gestor Geral da escola, que também é membro do Conselho de Escola, mas não o presidente.

Sendo assim, garantimos o depoimento de um membro do citado órgão colegiado, que foi o Gestor Geral da EMEFELAC e também membro do Conselho Escolar, que se chama Prof. Braz di Lorenzo.

O gestor geral Prof. Braz di Lorenzo tem sua formação inicial em Licenciatura em Ciências e Especialização em Ciências. O mesmo dirige a escola há 25 anos, desde o ano de 1991 quando esta escola funcionava em outro local do bairro. Concedeu a entrevista a ser analisada neste TCC.

4.4 Caracterização da comunidade escolar

A instituição conta com uma equipe pedagógica de 46 pessoas, entre professores, psicólogos, orientadores e assistentes sociais. Já a equipe de apoio conta com 35 funcionários. A escola tem ainda 3 gestores, um em cada turno, e o gestor geral.

Os professores da EMEFELAC são, em sua maioria, concursados e possuem graduação, especialização, tendo alguns casos de professores com o título de mestre e doutor, mas que não deixam de participar da formação continuada. Os funcionários de apoio são em maioria prestadores de serviço.

Quanto ao espaço físico, a escola conta com 10 salas de aula, 1 auditório, 1 laboratório de ciências, 1 laboratório de informática, refeitório, sala de recursos, biblioteca e ginásio.

4.5 Entrevista com o Gestor da EMEFELAC e membro do Conselho Escolar: análise dos dados

A coleta das informações desse trabalho se deu através de uma entrevista semi estruturada com o gestor geral da EFEMELAC. A princípio essa entrevista seria realizada com a presidente do Conselho Escolar, que é a gestora adjunta do turno da manhã. Por motivo de força maior, não consegui entrevistar a presidente do Conselho Escolar, apesar de se mostrar interessada em colaborar, a mesma estava envolvida em suas atribuições diárias como gestora. Foi ai que decidi junto a minha

orientadora entrevistar o Gestor Geral Professor Braz di Lorenzo da escola que se disponibilizou em responder a entrevista.

Apesar de não ser o presidente do Conselho Escolar, a coleta de informações acerca da gestão escolar na visão do diretor geral contribuiu de forma significativa para essa pesquisa porque ilustra a ideia de participação e envolvimento da comunidade local e escolar sob a ótica da gestão democrática de uma das figuras centrais desse processo, que é o gestor. Desta forma, a entrevista foi realizada e autorizada, no dia 03/10/2016, quando o Gestor Geral estava no turno da tarde substituindo a gestora da tarde.

Quando perguntado ao gestor sobre: O que é gestão escolar? O mesmo afirmou que: “É o ato de gerir uma instituição de forma democrática buscando da melhor maneira o desenvolvimento pedagógico do nosso aluno”. A afirmação do diretor está condizente com a definição expressa no material do MEC a respeito do fortalecimento dos Conselhos Escolares:

Trata-se de uma maneira de organizar o funcionamento da escola pública quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparências as suas ações, e atos e possibilitar a comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes ideias e sonhos, num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar. (BRASIL, 2004, p.24).

Quanto a isso podemos retomar a citação, na qual Libâneo (2004, p.100) afirma que: “gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização”, é a atividade que põe em ação o sistema organizacional, que está condizente com o posicionamento do professor.

Quando perguntado ao gestor: Qual a diferença de usar o nome gestor escolar e diretor? O mesmo afirma: “Pra mim não há diferença. Desde que a ação gestor ou diretor seja uma gestão compartilhada. A diferença está na postura do representante escolar”. Essa afirmação concorda com a exposta por Lück (2010, p.47): “Uma mudança de denominação só é significativa quando representa uma mudança de concepção da realidade e de significado de ações mediante uma postura e atuação diferentes”.

A autora citada afirma ainda que o termo gestão não deve ser utilizado apenas como substituição da palavra administração escolar, mas superação das práticas autoritárias historicamente alicerçadas. O que se propõe são alterações de

princípios, valores, concepções e posturas que promovam mudanças profundas e essenciais no âmbito educacional. (LÜCK, 2010, p.48).

Quando perguntado ao gestor Braz sobre o que é Conselho Escolar, a resposta foi:

Entidade que representa todo o seguimento da escola nos três turnos, e que tem como principal finalidade ser um instrumento de colaboração com a gestão escolar. Sua função deve ser de colaboração e não punitiva. Algumas instituições utilizam o Conselho com ação punitiva, para expulsar alunos indisciplinados por exemplo.

Como já citado no primeiro capítulo desse TCC, Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes da comunidade escolar e local. Eles representam essa comunidade com o objetivo de atuar em conjunto a fim de definir caminhos para a solução dos desafios que envolvem a dinâmica escolar, tanto da parte administrativa quanto da parte pedagógica, como também participa da tomada de decisão. Sendo assim considerado espaços de discussão e participação, que possibilitam o exercício da cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã. (BRASIL, 2004, p. 35). Pode-se afirmar então que a ideia exposta pelo diretor está condizente com a definição do MEC sobre o que é Conselho Escolar.

O gestor ainda expôs através de seu depoimento a preocupação sobre o caráter punitivo atribuído muitas vezes ao Conselho Escolar, observado por ele como prática em outras escolas do bairro. Quanto a isso, baseado nas funções atribuídas ao Conselho Escolar, definidas pelo MEC, podemos citar como umas das atribuições de caráter pedagógico:

Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (abandono escolar, aprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e/ou medidas socioeducativas visando à melhoria da qualidade social da educação escolar. (BRASIL, 2004, p. 48)

Contudo, o mesmo texto salienta que a qualidade que se deseja atingir, através do exercício dessas atribuições, é, sobretudo, a qualidade social que represente crescimento intelectual, afetivo, político e social dos indivíduos que fazem parte da escola, ou seja, os alunos. (BRASIL, 2004). E isso não se dá através de medidas meramente disciplinares, nem por números e estatísticas, mas através da formação integral do cidadão, ao qual, a escola está responsável.

Ainda sobre esta questão podemos citar Cury (2009, p.17 apud SECO, 2012), que afirma que a gestão democrática é uma forma não violenta de capacitar à comunidade escolar e contribuir para “[...] gerar cidadãos ativos que participem da sociedade como profissionais comprometidos e não se ausentem de ações organizadas que questionam a invisibilidade do poder”.

Quando perguntado como funciona o Conselho Escolar desta escola? O diretor afirma que “Têm reuniões bimestrais envolvendo todos os seus integrantes dos três turnos e tem como principal finalidade discutir toda a problemática pedagógica da escola e auxiliar a direção em algumas medidas administrativas”.

Com relação às reuniões do Conselho Escolar, no caderno citado anteriormente, que foi elaborado pelo MEC disponibilizado pela Comissão de Implementação, Articulação e Mobilização do Fortalecimento dos Conselhos Escolares da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), do município de João Pessoa, consta que “O Conselho Escolar deverá se reunir ordinariamente de dois em dois meses e, quando necessário, extraordinariamente, por convocação do presidente do conselho ou da maioria dos membros.” Dito isto podemos afirmar que a EMEFELAC tem cumprido com essa diretriz estabelecida pela Secretaria de Educação sobre as reuniões do Conselho Escolar.

Quando perguntado sobre quem compõe o Conselho Escolar, o gestor respondeu que: “É composto por representantes de todos os seguimentos, ou seja, professores, especialistas, funcionários, pais de alunos e alunos, dos três turnos e tem o diretor como membro nato”.

Observando ainda o caderno da SEDEC de João Pessoa sobre o fortalecimento dos conselhos escolares, sobre a escolha dos membros e composição do Conselho, está proposto o art. 10 da Lei Municipal de ensino 8.996/99 que reza o seguinte texto:

O Conselho Deliberativo Escolar, cujos membros serão eleitos pela Assembleia Geral de cada escola para mandato de 02 (dois) anos, será constituído: pelo diretor, por um vice-diretor, por um especialista em educação em exercício na escola e, para cada turno de funcionamento do estabelecimento escolar, por um professor, um funcionário, um aluno de 10 (dez) anos de idade acima e um pai ou mãe ou responsável por aluno. (1999, p.4)

O caderno trata ainda que “[...] a escolha dos membros do Conselho Escolar deve-se pautar pela possibilidade de efetiva participação, disponibilidade,

representatividade e compromisso”. Sendo assim a resposta do entrevistado concorda com os textos oficiais que tratam sobre quem deve participar da formação do Conselho Escolar.

Ainda sobre esse aspecto é relevante citar:

É nesse sentido, portanto, que a participação assume uma dimensão política de construção de bases de poder pela autoria que constitui o autêntico sentido de autoridade, a qual, por sua vez, é qualificada pela participação, tendo em vista que, pelas intervenções participativas competentes no trabalho, aumenta a sua competência e capacidade de participação. (LIBÁNEO, 2004, apud LUCK, 2010, P.29).

Como não existe viabilidade para reunir literalmente todos os membros da comunidade escolar e local, há dentro do Conselho Escolar essa representatividade de uma pessoa de cada segmento, importante para que seja representada a opinião de todos e assim exercitada a democracia e conseqüentemente a gestão democrática. Segundo Lück (2010, p.66), esse órgão colegiado é “[...] apenas o ponto de partida para que todos os pais se envolvam com os trabalhos da escola”.

Quando perguntado sobre como a Secretaria de Educação do Município acata as decisões e se ela pode interferir no processo? O diretor responde que:

A Secretaria apenas acompanha e dá suporte, através de um dos seus departamentos (o diretor não lembrava o nome). Ela não pode interferir nas decisões. Há um prazo bimestral para ser entregue as atas de cada reunião à Secretaria de Educação. A entrega da ata, também consta como pontuação para a Escola Nota 10. Cada ata vale 0,5 pontos e ao todo são cinco (4) atas que equivale o total de 2,00 pontos.

Como já citado, na SEDEC do município de João Pessoa existe uma Comissão de Implementação, Articulação e Mobilização do Fortalecimento dos Conselhos Escolares, e de acordo com o caderno denominado “Uma estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública” através do manual informativo desenvolvido para esse fim, expressa que representantes da SEDEC poderão participar das reuniões do Conselho Escolar, com direito a voz, mas sem direito a voto.

Anos atrás o modelo de direção escolar era centrado na figura do diretor e este precisava cumprir normas, determinações e regulamentos demandados pelos órgãos centrais que por sua vez ditava os padrões a seguir por todas as instituições

escolares por eles administrados. Então o diretor não tinha voz, pois era um mero executor de regras. (LÜCK, 2010). A gestão educacional baseada no modelo democrático proporcionou às unidades de ensino, entre outras coisas, a autonomia da escola. Através do funcionamento dos órgãos colegiados é possível desenvolver a descentralização do poder e o exercício da cidadania.

Um ponto ainda chamou atenção nesta resposta do diretor quando o mesmo se referiu ao Prêmio Escola Nota 10, afirmando que as reuniões do Conselho serviam para agregar pontos à nota final da escola. Nesse sentido destacamos o cuidado para que o funcionamento desse órgão colegiado não perca a essência de seu principal papel que é contribuir com o desenvolvimento da gestão democrática, e buscar a qualidade da educação local e não meramente índices numéricos.

Sobre a pergunta sobre há quanto tempo funciona o Conselho Escolar dessa instituição? O Prof. Bráz afirmou que existe há mais de 10 anos.

Quanto perguntado sobre qual o seu papel no Conselho Escolar? O gestor afirmou que:

O diretor é membro nato, ajudando assim a conciliar as reuniões e acatar as decisões tomadas nesta e fazer cumprir as decisões tomadas pelo conselho que são feitas por votação através dos seus seguimentos. Os eleitos votam entre eles quem será o presidente e o secretário.

De acordo com Wittmann (2000, p.88), com as mudanças sociais a escola passou também por mudanças significativas. O gestor depara-se com novas demandas “[...] oriundas da evolução da sociedade e da base material das relações sociais”. No modelo de gestão escolar democrática, a imagem do diretor deixou de ser a figura central e passou a ser daquele que zela pela autonomia da escola e dos alunos, agindo como um líder que mobiliza sua equipe para o alcance de metas e objetivos.

Pode-se afirmar que a resposta do entrevistado condiz com a ideia de uma posição de líder, pois embora sendo o diretor geral da escola não impõem nem manipula as decisões do Conselho Escolar, mas as acata e faz cumprir.

Quando perguntado ao Gestor se a comunidade local e escolar compreende a importância do Conselho Escolar? O gestor afirmou que: “Ainda está longe de a comunidade escolar e local entender o principal papel do Conselho Escolar, e como

o mesmo pode ajudar o desenvolvimento pedagógico da escola e a democratização da mesma”.

Quanto à compreensão por parte da comunidade escolar e local sobre a importância do Conselho Escolar, apresenta a afirmação de Bogatschov e Godoy (2010, p. 9 apud SECO, 2012):

Não está claro para a comunidade o conceito de participação efetiva, pois há um falso entendimento de que a participação consistiria na frequência nos encontros e na votação de propostas. Ocorre que votar não significa escolher aleatoriamente as propostas aparentemente mais viáveis. Votar pressupõe um processo de análise e reflexão das situações-problema e das propostas levantadas, e participação significa envolvimento e comprometimento com o que está sendo discutido, no sentido de apresentar questionamentos e opiniões.

Por muitas vezes a falta de informação, ou o entendimento por parte dos indivíduos da comunidade de que a escola é responsabilidade do governo pode ser considerado um dos fatores que influencia a falta de interesse em se envolver nas questões da escola. Em alguns casos a participação se limita em processos de votação de decisões previamente estabelecidas.

Fica claro nessa afirmação de Lück (2010, p.20) que o líder tem certa responsabilidade na conscientização da comunidade escolar e em torno da escola:

O trabalho dos gestores escolares se assenta, pois, sobre sua capacidade de liderança, isto é, de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais) para efetivação dos objetivos educacionais propostos pela escola.

Vale salientar que isto não se constitui em um processo fácil, pelo fato de se ter um caráter subjetivo, e trabalha com diferentes visões, pontos de vista e ideais de vida construídos socialmente. O ponto comum entre os sujeitos desse processo deveria ser a melhoria da qualidade da educação local.

Quando perguntado se existe alguma política de conscientização por parte do governo ou mesmo da escola para a comunidade acerca da finalidade e importância do Conselho Escolar, o diretor afirmou que:

Apesar de todo o esforço da direção para envolver toda a comunidade escolar nesse processo desenvolvido pelo conselho ainda se torna muito difícil o envolvimento de todos, já que não há por parte da secretaria da educação um trabalho mais efetivo, principalmente nas capacitações de professores e funcionários como

o objetivo de divulgar e fazer como que os mesmo sintam-se estimulados para participar desse processo.

As políticas de conscientização sobre o papel da Gestão Escolar Democrática e dos seus órgãos colegiados no âmbito da educação pública no município de João Pessoa tem atingido um pequeno grupo de indivíduos. O manual informativo disponibilizado pela SEDEC, denominado de “Uma estratégia de gestão democrática da educação pública” explica sobre as leis que regulamentam o processo de implantação dos Conselhos Escolares e ainda sobre seu funcionamento, funções e atribuições entre outros órgãos colegiados. No entanto observa-se que esse tipo de informação abrange uma quantidade pequena de indivíduos que possam se interessar por esse processo.

Além da informação, os sujeitos desse processo precisam ter compromisso com a transformação social e consciência da possibilidade de contribuir de alguma forma para o grupo. (BOGATSCHOV; GODOY 2010, apud SECO 2012, p.15).

Nesse caso verifica-se a importância da informação aos sujeitos envolvidos no processo, não apenas sobre os dias das reuniões, mas acerca da importância da sua participação e conscientização sobre as competências e atribuições que o órgão colegiado possui, participando inclusive da escolha dos temas para definição da ata.

E não se pode deixar de registrar aqui que cada um deve ter a consciência da representatividade de sua categoria e falar sobre seus problemas e como se pode resolvê-los tentando atingir a maioria dos que representa e não agir em torno de seus interesses pessoais. Não agir para derrubar as propostas das outras categorias e sim somar propostas, fazer surgir o conflito, ter amadurecimento para resolver o conflito e assim o grupo cresce enquanto representatividade do que chamamos de educação em uma unidade escolar.

Percebeu-se após a entrevista, na fala do diretor, as dificuldade em reunir a comunidade local para as reuniões do conselho, verificou-se que o grande empecilho ainda está em desenvolver a consciência democrática e participativa, principalmente dessa comunidade, para o crescimento da escola.

CAPÍTULO V

5. Considerações finais

Ao final desta pesquisa, ficou evidenciado aspectos importantes sobre a gestão escolar democrática. Como se deu historicamente o processo de mudança de paradigma e quanto ainda se precisa caminhar em direção à superação das práticas autoritárias. Compreendi que as transformações sociais influenciaram as mudanças dentro das organizações, e dentre estas a escola passou por diversas fases de transição: da administração escolar, para a Gestão escolar participativa. Também foi possível compreender o funcionamento do Conselho de Escola e como pode contribuir para o exercício da cidadania dentro da escola e principalmente proporcionar a melhoria da qualidade da educação na comunidade onde a escola está inserida.

Foi constatado que a postura do gestor como líder, que considero importante para inspirar a comunidade escolar e local para participação na gestão compartilhada, ainda que a tarefa seja árdua não é impossível. A formação continuada para alguns teóricos seria uma alternativa para que diretores e comunidade escolar sintam-se responsáveis pela melhoria da qualidade da educação local, independente dos obstáculos que possam surgir.

A escola como espelho da sociedade é palco de relações sociais que se concretizam para além dos muros da instituição e sendo assim, através desse estudo foi possível atentar que o exercício da Gestão Democrática coopera com o entendimento de participação do cidadão, a fim de formar indivíduos conscientes de seu papel na sociedade.

Um ponto negativo foi o tempo reduzido para a coleta de informações e análise dos dados, o que limitou a generalização dos resultados.

Para pesquisas futuras sobre Gestão Democrática a sugestão seria uma pesquisa mais abrangente com relação às causas que levam as famílias da comunidade em que a escola está inserida a não se envolver com o processo de gestão participativa, utilizando muitas vezes apenas o julgamento crítico negativo, mas se ausentando dos processos decisórios.

Por último pode-se afirmar que o amadurecimento dos indivíduos envolvidos e das discussões propriamente ditas, sem partidarismos, ou interesses pessoais, mas sim no interesse coletivo, resulta em decisões equilibradas e que favoreça o bem de todos, ou da maioria. Esse tipo de discussão no âmbito escolar contribui para a formação de uma comunidade, justa e que conhece e respeita o direito do próximo e zela pelo seu dever.

REFERENCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BORGES, Benedito. **Gestão democrática da escola pública: perguntas e respostas**. 1ª edição. Maringá. Edição do Autor, 2008.

BONETI, Lindomar Wessler. As Políticas Educacionais, A Gestão da escola e a exclusão social. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. AGUIAR, Márcia Ângela da S. Aguiar et al. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos** – 7º edição. São Paulo, SP: Cortez, 2009, p 213-241.

BRASIL. **Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação/elaboração** Lauro Carlos Wittmann... [et. al.]. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

_____. **Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Gestão da educação escolar** / Luiz Fernandes Dourado. – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. 88 p. – (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Profuncionário)

BRENNAND, Edna Gusmão de Góes. BIZERRA, Maria da Conceição. A Gestão Democrática como Equilíbrio entre Razão e a Vontade Autônoma. In: BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; VIRGÍNIO, Maria Helena da Silva. **Gestão, aprendizagem e currículo como processo social**. João Pessoa, PB: Ed. Universitária da UFPB, 2012, pg. 13-46.

BRENNAND, José de Góes. MEDEIROS, José Washington de Moraes. FIGUEIREDO, Maria do Amparo Caetano. **Metodologia Científica na Educação a Distância**. João Pessoa, PB: Ed. Universitária da UFPB, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os Conselhos de Educação e a Gestão dos Sistemas. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. AGUIAR, Márcia Ângela da S. Aguiar et al. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos** – 7º edição. São Paulo, SP: Cortez, 2009, p. 43-77.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. AGUIAR, Márcia Ângela da S. Aguiar et al. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos** – 7º edição. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

GONÇALVES, Ana Caroline Santos. **A gestão democrática no Brasil e o papel do gestor nas escolas.** Sistema Integrado de Publicações Eletrônicas da Faculdade Araguaia- SIPE. V, 3, 2015, p. 91-115.

JOÃO PESSOA (PB). Lei nº 8.996, de 27 de dezembro de 1999. Disponível em <http://177.200.32.195:9673/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/1903_texto_integral>. Acesso em: 17/10/16.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. SEDEC. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública.** Comissão de Implementação, Articulação e Mobilização do Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

_____, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola.** Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia. Editora Alternativa, 2001.

LIMA, Maria de Fátima Souza. **O conselho Escolar no Contexto da Gestão Democrática.** 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/MariadeFatimaSousaLima-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 11/09/16.

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa Na Escola.** 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.(Série cadernos de gestão).

_____. **Gestão Da Cultura e do Clima Organizacional da Escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.(Série cadernos de gestão).

_____. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática.** 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.(Série cadernos de gestão).

_____. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional.** 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.(Série cadernos de gestão)

_____. **Liderança em Gestão Escolar.** 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Série cadernos de gestão).

MELO, Maria Teresa Leitão de. **Gestão Educacional: os desafios do cotidiano escolar.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. AGUIAR, Márcia Ângela da S. Aguiar et al. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos – 7º edição.** São Paulo, SP: Cortez, 2009, p. 243-316.

NASCIMENTO, Cleusy de F. **A Trajetória da Gestão Democrática no ambiente escolar.** 2008. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/kOCvjbQ.pdf>. Acesso em: 11/09/2016.

NÓBREGA, J. E. da; SILVA, M. J. R. da; SILVA, F. P. da; SANTOS, W. B. dos. PEREIRA, L. S. S.; RODRIGUES, A. C. da S. **Conselho Escolar, da teoria à prática:** diagnóstico de atuação, estudo de caso com os conselheiros da E.M.E.I.E.F. Ernestina Pinto, no Município de Solânea, Estado Da Paraíba. Revista Lugares de Educação, Bananeiras/PB, v. 1, n. 2, p. 150-167, jul.-dez. 2011.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão educacional:** novos olhares, novas abordagens. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade et al. **Gestão Democrática da Educação:** desafios contemporâneos. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PAULA, Roseli Lopes de; SCHNECKENBERG, Marisa. **Gestão escolar democrática:** desafio para o gestor do século XXI. Revista Eletrônica Lato Sensu. Ano 3, nº1, março, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SECO, Laís Soares. **Conselho Escolar na Perspectiva da Gestão Democrática:** Alguns Empasses. Maringá, 2012. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos_2012/LAIS_SOARES_SECO.PDF>. Acesso em: 02/08/16.

WITTMANN, Lauro Carlos. **Autonomia da Escola e Democratização da sua Gestão:** novas demandas para o gestor. Em aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 88-96, fev./jun. 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bokman, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE: 1

Entrevista com o gestor:

1. O que é gestão escolar?
2. Qual a diferença de usar o nome gestor escolar e diretor?
3. O que é Conselho Escolar?
4. Como funciona o Conselho Escolar desta escola?
5. Quem compõe o Conselho Escolar?
6. Como a secretaria de Educação do Município acata as decisões? Ela pode interferir no processo?
7. Há quanto tempo funciona o Conselho Escolar dessa escola?
8. Qual o seu papel no Conselho Escolar?
9. Em sua opinião as comunidades local e escolar compreendem a importância do Conselho Escolar?
10. Existe alguma política de conscientização dessa comunidade acerca da finalidade e importância do Conselho Escolar?

ANEXOS

Anexo 1:**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre e está sendo desenvolvida pelo(s) pesquisador(es) aluno(s) do Curso de..... da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a)

Os objetivos do estudo são

A finalidade deste trabalho é contribuir para

(Colocar neste ponto do termo os benefícios diretos ou indiretos aos participantes da pesquisa ou à comunidade).

Solicitamos a sua colaboração para ***(colocar o tipo de procedimento, como por exemplo: entrevista)***, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica *(se for o caso)*. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde. Ou ***(Colocar neste ponto do termo uma avaliação dos possíveis riscos e/ou desconfortos para o participante da pesquisa de acordo com a Resolução 466/12 da CONEP/MS)***.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição *(se for o caso)*.

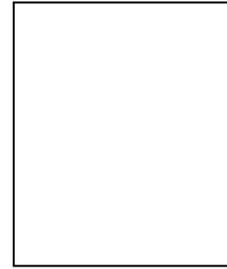
Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

ou Responsável Legal

OBTERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para impressa dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) -----

Endereço (Setor de Trabalho):-----

Telefone: -----

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB
☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.